

CANAL DE VOZ



SINTTEL·ES

Informativo do Sinttel-ES nº 842 www.sinttel-es.org.br 15/11/2016



TELEFÔNICA/VIVO

Vivo apresenta proposta, finalmente!

Depois de muita negociação, a Vivo apresentou uma proposta. Não é o que os trabalhadores reivindicavam, mas também não é o que a empresa queria de início, como **NÃO DAR NADA DE REAJUSTES** e aumentar jornada. Uma negociação demorada, que deveria ter sido concluída em setembro passado.



Esse ano, o jogo está muito duro. A queda de braço com as empresas de telefonia e nas prestadoras de serviços das operadoras vem gerando uma insatisfação enorme na categoria.

De um lado, os/as trabalhadores/as perdendo com a inflação e sofrendo com a precarização. De outro, as empresas, se aproveitando da crise para emplacar um arrocho salarial/benefícios que só foram vividos na era FHC.

Em Agosto

Na Vivo, a maior operadora, cujo lucro nos últimos cinco anos chegou à indecente soma de R\$ 21,8 bilhões, o maior lucro líquido de todas as empresas, também ouvimos, na mesa de negociação, um sonoro NÃO às reivindicações dos empregados/as. Você pode não perceber a gravidade, mas a empresa queria um acordo sem reajustes na data base: sua inten-

Assembleia
nesta segunda, dia 21/11
às 8 horas na Vivo 2
(antiga GVT - Mata da Praia)
às 10 horas na Vivo 1
(Reta da Penha)
Participe!

ção era só em 2017. Mesmo assim, sem repor as perdas totalmente.

Além disso, queria aumentar a jornada de trabalho do pessoal de campo. E as perdas salariais com a inflação que até a data base (setembro) chegou a 99,62% (INPC)?

A comissão de negociação dos trabalhadores/Fenattel bateu o pé. Não dava para aceitar um troco desse!

Em Setembro

Na segunda reunião, a empresa veio com a proposta de 6% somente para os pisos e mais nada. Reajuste salarial só em fevereiro/2017. Para os/as demais traba-

lhadores/as, nada, ZERO e continuava querendo aumentar a jornada para 44h. A empresa queria repetir a estratégia de 2015 sem repor totalmente as perdas salariais. E até colocou o PDV como parte do acordo.

Aí, não deu. A comissão de negociação dos trabalhadores/Fenattel recusou.

Em Outubro

A terceira reunião não foi nada produtiva. A Vivo, que copiou inteiramente o modo GVTista de tratamento aos empregados, continuava falando de crise e seu lucro só aumentando. Também não colou e sua proposta foi mais uma vez recusada.

Novembro

Quatro meses depois da primeira reunião, a empresa fez uma proposta que os Sindicatos acreditam dá para a categoria avaliar. **Vejam no verso, a proposta da empresa. Avaliem!**

Acessem o site e conheçam todas as etapas dessa luta!



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Canal de Voz nº 842 • 15/11/2016

sinttel@sinttel-es.org.br

Proposta da Vivo para o Acordo Coletivo 2016/2018

JORNADA DE TRABALHO

Manutenção da Jornada de Trabalho em 40hs semanais nos moldes atuais praticados.

(Diante da resistência dos Sindicatos, a empresa desistiu de implantar a jornada de 44 horas para os trabalhadores de campo)

REAJUSTE SALARIAL

A partir de janeiro/17: A data base é setembro.

1. De 9,62% (INPC) para os trabalhadores de **Campo e das Lojas** (exceto gerentes gerais)
1. De 8,0% para os trabalhadores **Administrativos com salários até R\$ 7 mil**. Acima deste valor, incorporação de R\$ 560,00 nos salários.

ABONO INDENIZATÓRIO

Administrativo: correspondente a 50% do salário, limitado a R\$ 2.800,00, com pagamento em dezembro/2016; (excluídos os executivos, estagiários e aprendizes);

Campo e Loja: correspondente a 50% do salário, sem limite de valor, com pagamento em dezembro/2016.

PISOS SALARIAIS

Administrativo: correção de 8%, passando R\$ 1.248,70, a partir de janeiro de 2017

Campo – correção de 9,62%, passando R\$ 1.042,30, a partir de janeiro de 2017

Lojas – correção de 9,62%, passando R\$ 1.229,25, a partir de janeiro de 2017

AUXILIO ALIMENTAÇÃO:

Reajuste de 9,62% a partir de abril/17, com pagamento de abono indenizatório até 1º de dezembro/16, conforme abaixo:

Administrativos: R\$ 983,21, a partir de abril/2017 mais um abono único de R\$ 600,00;

Lojas: R\$ 681,26 a partir de abril/2017 mais um abono único de R\$ 400,00;

Campo: R\$ 550,67 a partir de abril de 2017, mais um abono único de R\$ 350,00;

A partir de abril/2017, devido a implantação da jornada de segunda a sábado:

Para jornada de 5 dias por semana: R\$ 550,77

Para jornada normal de 6 dias por semana: R\$ 652,73

Reembolso por dirigir veículo próprio

R\$ 1,05 a partir de janeiro/17, correspondente a um reajuste de 9,4%;

Aluguel de Veículo (pequeno)

R\$ 1.200,00 a partir de janeiro/17;

Reajuste de todos os Demais Benefícios 9,62% (INPC) a partir de setembro/16, com todas as diferenças sendo pagas na folha do mês de dez/16: **Auxílio refeição extraordinário, Auxílio Creche/ Baba, Auxílio Creche Especial (Portadores de Necessidades Especiais), Auxílio Condutor, Cesta Básica, Quebra de Caixa.**

Inclusão de cláusula prevendo o abono de 5 dias para os casos de **trabalhadoras vítimas de violência doméstica**, desde que comprovada.

PPR 2016

Será considerado o salário nominal de janeiro/17 para calcular o resultado do PPR do exercício 2016. Quanto aos desligados, antes de janeiro/17, o salário a ser considerado será o do mês do desligamento.

Manutenção das Demais Cláusulas e Condições do ACT vigente.

TERMO DE COMPROMISSO ADICIONAIS À PROPOSTA

Jornada de trabalho de Campo: a implantação da jornada de trabalho de segunda à sábado para o público de campo, a partir de jan/2017, não ensejará variação significativa no turn-over natural desta equipe;

Isonomia de benefícios: realizar um estudo de viabilidade de isonomia dos valores praticados no auxílio alimentação;

Função "Triple Play": realizar um estudo de viabilidade para implantação do cargo e respectivo piso salarial para os empregados que realizam função "Triple Play"

**PARTICIPE DA ASSEMBLEIA
DIA 21/11 - 8 horas na Vivo 2
e 10 horas na Vivo 1**



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

CANAL DE VOZ



SINTTEL•ES

Informativo do Sinttel-ES nº 843 • www.sinttel-es.org.br • 15/11/2016



TELEMONT

Sinttel convoca trabalhadores/as para assembleia, dia 18/11

É hora de decidir pela Greve Geral

Assembleia será às 8 horas desta sexta-feira, na Praça do Papa.

SINTTEL•ES



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINTTEL-ES - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ nº. 28.166.668/0001-22, por seu presidente abaixo assinado, com fundamento no seu Estatuto Social, **convoca todos os trabalhadores e trabalhadoras da empresa TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 18 de novembro de 2016, às 7:30 horas em primeira convocação e às 08:00 horas em segunda e última convocação, no estacionamento da Praça do Papa, situada na Av. Nossa Senhora dos Navegantes - Enseada do Suá - Vitória/ES, para debaterem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Informes sobre as tratativas para o cumprimento da CCT 2016-2017 por parte da Telemont; b) Deliberação sobre deflagração de greve geral.**

Vitória (ES), 15 de novembro de 2016
Nilson Hoffmann
Presidente do SINTTEL/ES

O edital (ao lado) foi publicado nesta terça-feira, dia 15, no caderno de classificados do Jornal A Tribuna.

A convocação de assembleia, pelo Estatuto do Sindicato, precisa de 3 dias de prazo.

Por isso, a assembleia será realizada no dia 18/11, às 8 horas, na Praça do Papa, em Vitória.

É preciso que todos participem. Quem é a favor da greve tem que ir para votar. Da mesma forma, quem é contra o movimento tem que ir para votar.

A decisão de fazer greve deve ser da maioria. O Sinttel-ES coordenará o movimento seja qual for a decisão dos/as trabalhadores/as.

Vamos à luta, pois nada vem de graça! Só quem luta, conquista!



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Canal de Voz nº 843 • 15/11/2016

sinttel@sinttel-es.org.br

O QUE OS TRABALHADORES REIVINDICAM:

Reajuste de Salário

Reajuste no tíquete

Reajuste no aluguel dos carros

PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS POR FUNÇÃO

**CUMPRIMENTO DAS CCTs
2015/2016 e 2016/2017**

Pagamento de PPR

Cumprir jornada "Semana Espanhola"



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/11/2016 - Sinttel-ES

Trabalhadores na Telemont decidem greve na sexta, dia 18

A assembleia será no dia 18/11/2016, às 8 horas, na Praça do Papa, conforme ficou acertado com a categoria na sexta-feira passada, dia 11.

Cumprindo os prazos da Lei nº 7.783 de

28/06/1989 Lei do Direito de Greve para atividades consideradas ESSENCIAIS- como é o caso do setor de telecomunicações – o Sinttel/ES publica, nesta terça-feira, dia 15, no caderno de Classificados de A Tribuna, o Edital de Convocação de Assembleia de greve para os Trabalhadores da Telemont no ES, prestadora de serviços da Oi.

Ainda conforme os prazos estabelecidos no Estatuto do Sindicato, são 3 dias para convocação de Assembleia que decidirá se haverá greve. Se for deliberada a paralisação, publica-se novo edital, no sábado dia 19, avisando à Telemont e toda a população do Estado que haverá greve geral, que só poderá começar 72 horas (3 dias) depois desse aviso, conforme determina a Lei de Greve. Desta forma, a paralisação dos serviços deverá acontecer após do dia 22 de novembro.

Todo esse cuidado em fazer o movimento dentro dos limites impostos pela Lei, protege os trabalhadores e o Sindicato. A desobediência implica na decretação de ilegalidade do movimento, acarretando prejuízos para os trabalhadores e o Sinttel-ES.

Por que tanta insatisfação da categoria com a Telemont?

São muitas as reivindicações, mas a Telemont ainda tem a chance de evitar a greve. É só largar de picuinha e pagar o reajuste aprovado na Convenção Coletiva (CCT): 5% em Setembro e + 5% em dezembro, reajustar o aluguel dos carros, tíquete e pagar a PPR. Essas demandas são urgentes. A empresa precisa cumprir a Convenção Coletiva que está assinada pelo Sinstal, o Sindicato patronal do qual faz parte a Telemont. Ou seja, o Sindicato dela negocia com o Sinttel-

-ES, fecha o acordo, os trabalhadores aprovam, mas a Telemont não cumpre.

Desde agosto de 2015 que a Telemont vem numa queda de braço com o Sinttel-ES sem pensar no que está causando aos empregados. A birra da empresa co-

meçou quando, diante de um impasse na negociação coletiva de 2015, a empresa teve sua proposta recusada em assembleia e o Sinttel entrou na Justiça do Trabalho com uma ação de cumprimento da Convenção Coletiva das Prestadoras de Serviço 2015/2016 – que já tinha sido fechada com o Sinstal. O Sinttel recebeu o aval da categoria para tomar essa decisão, diante das vantagens da CCT diante do Acordo que a Telemont propunha.

Essa convenção coletiva estabelecia pisos salariais por função bem mais vantajosos que os do acordo da Telemont.

A empresa vem adiando o reconhecimento da Convenção Coletiva, inclusive a desse ano que foi negociada pelo Sinttel.

A Telemont preferiu recorrer de todas as decisões que o Sinttel ganhou na Justiça do Trabalho ao invés de pagar o reajuste e aplicar os novos pisos salariais por função.

E esta é a grande frustração da categoria, que vem pensando sem os reajustes que a empresa aplica em vários estados onde ela opera a planta externa da Operadora Oi.

Aluguel dos carros há dois anos sem reajuste

Fora a questão do arrocho salarial, que é grave, tem o problema do aluguel dos veículos agregados. Há dois anos não há reajuste desse aluguel.

A empresa também não quer negociar o pagamento de PPR, da RV e cumprir a escala de trabalho "Semana Espanhola", em que os empregados trabalham (48h) e na seguinte (40h).





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

15/11/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Troféu da maldade

É acirrada a disputa pelo primeiro lugar no conluio formado pelo governo do PMDB, a Anatel e as grandes operadoras de telecomunicações.

Do lado do governo federal, uma PEC que congela investimentos por vinte anos, sendo que, na metade desse tempo, já estaremos lado a lado com países como o Congo e o Irã; e, no âmbito do governo estadual, um pacote de maldades que ataca direitos sociais e previdenciários.

Do lado das empresas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal aprovou o parecer favorável ao PL 3453/2015 que, como afirma em documento a Campanha Banda Larga é um Direito Seu, “na prática, retira a possibilidade de o Estado impor obrigações a prestadoras de serviços de telecomunicações e cria a justificativa legal para entregar às concessionárias de telefonia fixa cerca de R\$ 80 bilhões (de acordo com estimativas do Ministério Público) em bens considerados essenciais para a prestação do serviço (prédios, cabos e outros elementos da infraestrutura) – os chamados bens reversíveis”. Ou seja, doação de dinheiro público às empresas de telecomunicações.

Por fim, o Conselho Diretor da Anatel, além de não intervir na Oi, aprovou no dia 11/11 uma consulta “pública” que tem o nome pomposo de “Nova metodologia de cálculo do Fator de Transferência X, aplicado nos reajustes de tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)”. Tudo isso pode ser resumido numa frase: aumento da tarifa da telefonia fixa.

Explicando:

a) As tarifas do plano básico de telefonia fixa são corrigidas anualmente pelo IST (Índice dos Serviços de Telecomunicações). Depois de calculado o novo valor, é descontado o Fator X, que considera os ganhos de produtividade das empresas.

b) Desta forma, desde 2006 a produtividade das empresas é compartilhada entre elas e o consumidor. De 1998 a 2005 as operadoras embolsaram toda a produtividade. Há dez anos, com o compartilhamento, há reajustes menores do STFC (telefonia fixa).

c) Com a nova metodologia de cálculo, a produtividade resultante do serviço de banda larga não será considerada. Ou seja, toda a produtividade ficará com as operadoras. E a conta ficará mais cara para o consumidor.

O Instituto Telecom é contra todas essas medidas, várias delas inconstitucionais. No caso específico das telecomunicações sugerimos que os usuários encaminhem aos deputados federais sua posição contrária ao PL 3453/15. E em relação à consulta “pública”, que todos participem posicionando-se contra o reajuste da tarifa da telefonia fixa. Isso pode ser feito pelo site da agência www.anatel.gov.br.

Essa disputa acirrada pelo Troféu da Maldade precisa ser barrada. O povo não pode pagar a conta do golpe.

Instituto Telecom, Terça-feira, 15 de novembro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/11/2016 - Brasil De Fato

Com PEC, recursos da cultura terão corte de 90%

Sem um piso obrigatório, orçamento do setor será tão pequeno que as principais ações correm risco de paralisação total

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que congela o orçamento do governo federal por vinte anos tem sido alvo de duras críticas porque vai impactar diretamente em áreas como saúde e educação, com significativa redução dos investimentos. O que nem todo mundo se deu conta ainda é que na área cultural, a PEC será ainda mais devastadora. Isso porque, diferentemente da saúde e educação, que possuem pisos orçamentários obrigatórios previstos na Constituição, a cultura não tem essa garantia e, com isso, pode perder até 90% do seus recursos em apenas cinco anos. A projeção foi apresentada pelo ex-secretário-executivo do Ministério da Cultura (MinC), João Brant.

Em 2016, o orçamento total da pasta foi de aproximadamente R\$ 1,23 bilhão. Se a PEC for aprovada, esse orçamento não poderá crescer mais que a inflação do ano anterior. Como não se pode mexer nos recursos do pagamento de salários e previdência e nas despesas obrigatórias, por exemplo, o corte será justamente no montante de recursos que é destinado às próprias ações do ministério. “O que a gente pode prever, para os próximos cinco anos, é que a Cultura tenha uma perda de aproximadamente 90% do seu orçamento voltado a despesas finalísticas, ou seja, editais, obras, convênios com estados e municípios”, exemplifica João Brant.

Em nota técnica publicada recentemente, Brant, que foi secretário-executivo do ministério na gestão Dilma Rousseff até abril desse ano, explica que com a queda de quase 90% do orçamento voltado para as ações culturais, na prática, todas as ações do MinC serão paralisadas. Isso inclui editais de pontos de cultura, ações voltadas à cultura negra, obras de patrimônio cultural e exposições de museus, financiamentos não-retornáveis do Fundo Setorial do Audiovisual, além de ações de digitalização da Biblioteca Nacional, bolsas da Fundação Casa de Rui Barbosa e todas as ações financiadas pelo Fundo Nacional de Cultura, segundo conclusões do documento. Com isso, a tendência é o fechamento de unidades inteiras vinculadas ao ministério ou até mesmo a transferência da gestão para a iniciativa privada. O MinC possui atualmente sete unidades vinculadas, como a Agência Nacional do Cinema e Audiovisual (Ancine), a Fundação Nacional das Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Pontos de Cultura

As medidas do governo vão na contramão do processo de desenvolvimento de outros países, que ampliaram seus gastos sociais, explica a socióloga Daniela Ribas, integrante do colegiado setorial de música no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). “Agora, a cultura passou a ser vista como gasto e não como vetor do desenvolvimento humano e econômico”, critica.

Daniela prevê que o corte de 90% nas ações do MinC que deve impactar principalmente o Programa Cultura Viva, responsável pelos mais de 9 mil Pontos de Cultura espalhados pelo país, que atendem diretamente cerca de 9 milhões de pessoas. Criado em 2004, no governo Lula, os Pontos de Cultura são formados por grupos da sociedade civil que recebem verba para desenvolver atividades relacionadas a música, dança, literatura, artes plásticas, cinema, economia solidária, entre outros, principalmente nas regiões mais pobres do país. Também estão comprometidas as políticas de participação social em fóruns, conselhos, conferências e colegiados.

“Apagão cultural”

Com os cortes recaindo sobre Pontos de Cultura e participação social, Daniela Ribas cita a ameaça de um “apagão cultural” nos próximos anos. “Os direitos culturais deixam de ser percebidos pela população e o paradigma de cultura será o de megaeventos. A tônica da democratização do acesso à cultura dará lugar a políticas desarticuladas da ideia de desenvolvimento humano e de valorização da diversidade, questões que tem pouco lugar no mercado de entretenimento”, analisa a socióloga, que integra o Conselho Nacional de Política Cultural.

Para Célio Turino, que foi secretário de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC entre 2004 e 2009, e um dos responsáveis pela implantação dos Pontos de Cultura no país, o corte no setor tem um grande impacto social, especialmente na população mais jovem. “Essa garotada que está fazendo teatro, dança, música, cinema, desenvolvendo softwares, economia solidária, se articulando em teias e encontros, não vai ter mais opção. A gente sabe que quando as pessoas têm menos opções de cultura, lazer e esporte, elas acabam sendo tragadas pela depressão, pelo consumismo vazio e até para a criminalidade e as drogas”, afirmou em recente entrevista para a Rede TVT.